

A AMÉRICA COLONIAL

A incorporação da América ao circuito comercial interoceânico inaugurou a história mundial. A “descoberta” americana foi qualificada, por isso, como “o mais importante episódio da história humana depois do nascimento do Cristo”. Com o passar dos séculos, Cristóvão Colombo (1451-1506) apareceu por vezes dotado de características sobre-humanas (ele próprio parece ter acreditado em maravilhas sobrenaturais no Novo Mundo). Na América do Norte, o 12 de outubro (data de sua chegada à América) é celebrado como *Columbus Day*. A unificação geográfica e cartográfica do mundo, porém, foi realizada por etapas e não teve por protagonistas exclusivos os “intrépidos europeus (ou ibéricos)”. Os relatos de viagem de Colombo, assim como os de outros viajantes de longo percurso, se caracterizaram pelo realismo e pelo seu caráter marcadamente econômico.

O mapa-múndi do alemão Martin Waldseemüller desenhado em 1507, considerado o marco inicial da cartografia mundial, era ainda uma reedição da cosmografia de Ptolomeu atualizada com notícias e descrições das travessias através do Atlântico e das novas terras avistadas, usando principalmente o texto *Mundus Novus* do florentino Amerigo Vespucci, vinte páginas escritas em latim, que conheceu várias edições em diversos países na primeira metade do século XVI. A carta geográfica de Waldseemüller, a primeira a incluir a “quarta parte do mundo”, reduzia América a dimensões muito menores daquelas que de fato tinha, como uma espécie de ilha alongada com escassa distância entre suas costas atlântica e pacífica. O mesmo erro cometeu Colombo ao calcular a distância entre Europa e Ásia pelo Oeste. É provável, no entanto, que Colombo “encurtasse” propositalmente as distâncias atlânticas para convencer as coroas peninsulares a financiar seu projeto ultramarino.

Durante o século XVI, Vespucci deslocou Colombo da condição de “descobridor” das novas terras. A epopeia colombina foi, no início, recebida de modo confuso (Colombo pensava ter atingido ilhas que configuravam o extremo oriental da Ásia) e quase silencioso, eclipsada por acontecimentos como a conquista de Granada pelos Reis Católicos (que punha fim à presença dos mouros na península), a expulsão de judeus e mouriscos, a eleição de um novo papa (espanhol) ou a anexação de Bretanha à França, além da morte de Lorenzo de Medici, “o Magnífico”, em Florença, logo depois das imprecisões lançadas contra ele pelo frade Savonarola, todos esses acontecimentos de 1492. Foram necessárias duas décadas para que a opinião majoritária na Europa admitisse que as viagens colombinas tinham, na verdade, revelado um novo continente. Este foi pensado, inicialmente, como uma sorte de grande península da Ásia: “Dez anos depois do retorno de Colombo, não existia na Europa nenhuma consciência nem ideia de *América*, apenas a vaga suspeita de uma terra nova. Fora da Espanha, as viagens do Almirante não suscitavam nenhuma paixão”.¹

Amerigo Vespucci (1454-1512), que inicialmente tirou a primazia de Colombo na “descoberta” americana (e deu seu nome a “nova terra”), era um cartógrafo representante de armadores florentinos que se encarregou, em Sevilha, do aprovisionamento de navios para a segunda e a terceira viagens atlânticas de Colombo em direção do Oeste. Supõe-se que tenha participado de viagens interoceânicas atlânticas já desde 1497. Em 1499 passou ao largo da costa Norte da América do Sul, acima do rio Orinoco, como membro da expedição espanhola de Alonso de Ojeda. Em 1501, a serviço de Dom Manuel de Portugal, partiu em agosto de Lisboa na expedição de Gaspar de Lemos e André Gonçalves, composta de três naus, destinada a explorar e estudar as possibilidades produtivas das costas do Brasil. A expedição chegou em inícios de 1502 na baía do Rio de Janeiro, que a essa circunstância deve seu nome.

Apesar da primazia “latina” (luso-hispano-florentino-genovesa) no conhecimento da América ao longo do século XVI, a cartografia flamenca (“holandesa”) foi claramente superior à das outras

¹ Bartolomé e Lucile Bennassar. 1492. Un monde nouveau? Paris, Perrin, 1991, p. 26.

potências europeias, visando um objetivo explícito: fornecer conhecimentos geográficos (de acidentes costeiros e de fortificações militares, sobretudo) para *ganhar a guerra*, na Europa e no mundo todo, contra as potências comerciais concorrentes: “Buscando vantagens sobre os (países) adversários, as cartas geográficas eram objeto de todas as cobiças. Os cartógrafos, detentores de conhecimentos preciosos e vitais para os Estados, eram cortejados. Alguns, por cupidez, interesse ou convicção, não vacilaram em trair sua pátria para vender seus segredos à melhor oferta”.² Se Martin Waldseemüller foi creditado pela “revolução” da visão da Terra proporcionada pela inclusão da América, só se atingiu uma versão cartográfica avançada no início do século XVII com o *Atlas* de Gérard [Gerardus] Mercator, cartógrafo estabelecido em Duisburg.

Sobre a primazia da chegada à América dos *vikings* escandinavos, cuja presença na América Norte séculos antes dos europeus do Sul é aceita, existe controvérsia sobre se eles apenas “tocaram” América em suas viagens, nos séculos XI e XII, ou se de fato tentaram uma colonização no continente. A polêmica se centra em torno de um suposto mapa escandinavo que representa um território chamado de *Vinlândia*, mas é questionada sua veracidade. O território que teria sido ocupado pelos vikings no século XIV, que aparece no polêmico mapa a Oeste da Europa, seria o litoral leste do Canadá, ou ilhas próximas à América. Alguns estudos sugerem que o mapa poderia ser do século XV, datado em 1434, 58 anos antes da chegada de Colombo às Antilhas. Outros acreditam que o documento seja uma farsa montada no início do século XX. Um texto no documento reforça a tese segundo a qual os vikings teriam sido os primeiros a cruzar o Atlântico Norte.

Gavin Menzies sustentou que as expedições náuticas organizadas pelo imperador chinês Zhou Di em 1421-1423 chegaram a percorrer boa parte dos litorais do Atlântico e do Pacífico das Américas, deixando em diversas regiões parte da sua tripulação (que teria se integrado às populações nativas) e vestígios da sua passagem: “Há indícios linguísticos de visitas chinesas à América do Sul. O navio a vela é (chamado de) *chambam* na Colômbia, *sampan* na China; uma balsa, *balsa* na América do Sul, e *palso* na China; uma balsa de troncos é *jangada* no Brasil e *ziangada* em tâmil. Até fins do século XIX, moradores de aldeias montanhosas do Peru falavam chinês [!]. Uma montanha de provas - destroços de naufrágios, grupos sanguíneos, arquitetura, pinturas, costumes, técnicas, línguas, roupas, artefatos, corantes, plantas e animais transferidos entre a China e a América do Sul, apontam para uma influência geral chinesa ao longo de toda a extensão litoral das Américas Central e do Sul banhadas pelo Pacífico e também no interior. Tão ampla e profunda foi essa influência, que podemos talvez chamar o continente daquela era de “América chinesa”...”. “Há uma massa de provas no sentido de que os chineses não só tiveram relações comerciais com as Américas, como também estabeleceram uma série de colônias da Califórnia ao Peru”,³ o que não teria tido continuidade histórica devido a uma crise interna da própria China, que “fechou-se” dentro das suas fronteiras a partir de 1423.

Setenta anos depois dos hipotéticos expedicionários chineses Colombo partiu à procura pelo Oeste da “Índia”. Nos séculos sucessivos, todos os textos espanhóis sobre o novo continente (inclusive os textos legais) referiram-se a ele como “Índias”: “Dei aos *índios* uns gorros coloridos e umas miçangas que puseram no pescoço, além de outras coisas de pouco valor, o que lhes causou grande prazer e ficaram que era uma maravilha (...). Enfim, tudo aceitavam e davam do que tinham com maior boa vontade. Mas me pareceu que era gente que não possuía praticamente nada. Andavam nus como a mãe lhes deu à luz; inclusive as mulheres, embora só

² Olivier Thomas. Le monde aux mains des cartographes. *L'Histoire* nº 379, Paris, setembro 2012. O cartógrafo escocês John Elder traiu seu país vendendo a Henry VIII de Inglaterra um mapa detalhado destinado a invadir a Escócia.

³ Gavin Menzies. *1421. O ano em que a China descobriu o mundo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, pp. 240-241.

tenha visto robustas raparigas”; relatou Colombo sobre seus primeiros contatos com os ameríndios: “Não andam com armas, que nem conhecem, pois lhes mostrei espadas, que pegaram pelo fio e se cortaram pela ignorância. Não têm nenhum ferro: as suas lanças são varas sem ferro. Devem ser bons serviçais e habilidosos, pois noto que repetem o que a gente diz e creio que depressa se fariam cristãos; me pareceu que não tinham religião”.⁴

Na sua quarta viagem, em 1502, partindo do extremo sul de Cuba, Colombo buscou uma passagem para o Oceano Índico. Já em 1493, apenas sete meses depois da chegada de Colombo às Antilhas, a bula do Papa se referia às “ilhas e terras firmes, situadas nas partes ocidentais do Mar Oceano, em direção das Índias”, circunstância a que deveram seu nome genérico os habitantes originários do continente americano. Colombo sustentou seriamente ter achado o Paraíso Terreno (na boca do atual rio Orinoco): “(Ele) julgou que uma parte da nova terra era o Paraíso – não *um* paraíso, mas *o* Paraíso – situado na borda do Oriente. Ao pensar assim, estava se conformando a várias teorias comuns na época... Quando chegou o momento de fazer um relatório para os soberanos sobre tudo o que tinha visto, dedicou um longo trecho ao paraíso terreno. Mas, além do aspecto espiritual, o encantava a riqueza material exibida pelos habitantes locais”.

Esse era o x da questão: “A notícia sobre o novo continente se espalhava pela comunidade náutica. Os mapas e as catas foram sub-repticiamente copiados e distribuídos, embora se destinassem apenas aos olhos do Rei Fernando e da Rainha Isabel. Uma vez que pérolas eram algo tão valioso quanto ouro, aqueles documentos eram, literalmente, ‘os mapas da mina’”.⁵ Diversos exploradores depois de Colombo se deram à busca da “cidade de ouro” (Eldorado) – a busca de metálico era o objetivo central dessas viagens – ou das guerreiras amazonas (cujo mito deu nome ao rio desse nome). Colombo desiludiu seus contemporâneos ao relatar que em suas quatro viagens interoceânicas não tinha achado monstros marinhos, cuja existência nos “mares incógnitos” era garantida nos textos da Antiguidade clássica; nem monstros humanoides em terra. Colombo foi naquele momento esquecido; a epopeia colombina foi também esquecida durante a primeira metade do século XVI. Colombo não foi sequer mencionado nas primeiras obras científicas e literárias que fizeram referência ao “Novo Mundo”: a *Utopia*, de Thomas Morus, de 1516 (romance no qual Amerigo Vespucci aparece como personagem), e *De Revolutionibus Orbium Coelestium*, de Nicolas Copérnico, de 1543.

Edmundo O’Gorman defendeu Vespucci contra a primazia de Colombo e protestou diante do fato de que “em que pesem às novas exigências metodológicas e as muitas investigações que enriqueceram a historiografia colombina, desde finais do século XIX manteve-se a interpretação tradicional baseada na unânime crença de que Colombo descobriu América quando, em 1492, encontrou uma ilha que acreditou pertencer a um arquipélago vizinho ao Japão”; assim, “o problema fundamental da história americana consiste em explicar satisfatoriamente o aparecimento de América na cultura ocidental, pois essa questão implica a maneira em que se conceba o ser da América e o sentido a ser concedido à sua história”.⁶ A conclusão extrapola a premissa. Os mitos a respeito das novas terras estavam determinados pela esperança das riquezas que se obteriam através da sua conquista e ocupação.⁷

O qualificativo de “novo continente” (ou “Novo Mundo”) deve-se àquele que supostamente chegou primeiro a ele - não às ilhas às quais chegou Colombo - constatando e declarando sua natureza continental, fato reconhecido em 1507 por Waldseemüller: “A quarta parte do mundo

⁴ Cristóvão Colombo. *Diários da Descoberta da América*. Porto Alegre, L&PM, 1991, p. 44.

⁵ Martin Dugard. *A Última Viagem de Colombo*. Rio de Janeiro, Record, 2007, pp. 63 e 72.

⁶ Edmundo O’Gorman. *La Invención de América*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 41.

⁷ Ver, por exemplo: Luigi Avonto. La sierra de la Plata: contributo italiano alla formazione di un mito della conquista americana. *Quaderni* n° 5. São Paulo, Istituto Italiano di Cultura, outubro de 1993.

que, desde que descoberta por Amerigo (Vespucci), merece chamar-se *América*".⁸ Um século depois, Colombo substituiu Vespucci como "descobridor". A partir da década de 1520, a conquista revelou a extensão do continente "descoberto", determinando a produção de um novo saber cartográfico. O opúsculo de Vespucci, *Mundus Novus*, publicado em 1502, atingiu doze edições em 1504, 22 em 1505, e cinquenta antes de 1550.

Na época da chegada de Colombo às terras americanas, Espanha e Portugal já se encontravam em disputa para ganhar direitos sobre eventuais "descobertas" e conquistas ultramarinas. Em 1481 Portugal tinha obtido do papa uma bula que separava as terras já descobertas e aquelas a serem descobertas por um paralelo na altura das Ilhas Canárias, dividindo o mundo em dois hemisférios: o Norte, para a Coroa de Castela, e o Sul, para a Coroa de Portugal. Definiram-se assim dois ciclos da expansão: o chamado ciclo oriental, pelo qual a Coroa portuguesa garantia seu progresso para o Sul e o Oriente, contornando a costa africana, e o ciclo ocidental, pelo qual a Espanha se aventurou no oceano Atlântico, em direção do Oeste. Foi como resultado desse esforço espanhol que Colombo chegou às terras americanas. Logo depois do feito, em 1493, Espanha enviou mensageiros ao Papa exigindo que concedesse à Espanha o direito sobre as novas terras, que ainda se supunham asiáticas, pois os antigos papas já haviam dado aos portugueses o direito à África e às terras do Leste. À disputa espanhola contra Portugal se acrescentou logo outra, que se revelou mais perigosa para as ambições de Espanha: em 1497, o também genovês "Jean" Cabot, autorizado e financiado pela coroa de Inglaterra, atingiu a Terra Nova (o Labrador, no atual Canadá) no Norte da América, à procura de uma passagem mais setentrional em direção das "ilhas das especiarias".

A "corrida pelo mundo" estava lançada, e o número de inscritos cresceu com rapidez. O novo papa, Alexandre VI Borgia (1492-1503), espanhol, emitiu uma série de quatro bulas estabelecendo uma política em favor da Espanha. As duas primeiras bulas davam à Espanha o título das descobertas de Colombo e de outras terras ocidentais, desde que a população nativa fosse convertida ao cristianismo. A terceira bula limitou a área ocidental para todas as terras descobertas, começando cem léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde e Açores. Essa bula deu aos espanhóis o direito às terras orientais através da circunavegação pelo Ocidente. A quarta bula, a *Dudum Siquidem*, editada mais tarde, em agosto de 1493, anulava quaisquer ordens prévias do papa que favorecessem os portugueses. Com o controle espanhol do Caribe e do Golfo do México, Espanha procedeu à colonização das ilhas dessa área (Hispaniola, Porto Rico, Jamaica e Cuba), "convertendo" ao cristianismo seus habitantes, não raro exterminando-os proposital ou acidentalmente. O propósito declarado da expansão era a cristianização dos índios, como sacramentado pelo Papa. Os primeiros habitantes americanos "descobertos" andavam quase nus e não viviam em cidades, ou seja, eram *pobres*, não aptos para o saque ou o para o comércio lucrativo.

As coisas mudaram quando as expedições no continente americano revelaram os impérios e as cidades astecas (México), chibchas (Colômbia) e incas (Peru, Bolívia, Norte argentino e chileno). Os relatórios das jornadas litorâneas de Francisco Hernandez de Córdoba e Juan de Grijalba, relatando a opulência dos impérios mexicanos, provocaram no governo espanhol uma enorme ambição pela exploração daquele país. A exaltação religiosa voltou ao primeiro plano. Ao colocar nas mãos de Castela as terras das "Índias Ocidentais", Colombo tinha oferecido aos ibéricos a oportunidade de continuar a "guerra santa" da Reconquista. Outra fronteira da fé cristã surgia: os indígenas americanos, cujas características religiosas se supunham marcadas pelo fetichismo. Ramon Pané, clérigo participante da segunda viagem colombiana (1493), que viveu dois anos entre os aborígenes *tainos* (foi, segundo Bartolomé e Lucile Bennassar, "o primeiro etnógrafo

⁸ Marianne Mahn-Lot. *La Découverte de l'Amérique*. Paris, Flammarion, 1970, p. 124. Para uma biografia clássica de Colombo: Samuel Eliot Morrison. *El Almirante de la Mar Océano*. Vida de Cristóbal Colón. Buenos Aires, Hachette, 1945.

da América”) foi o primeiro a constatar que os ritos e crenças deles nada tinham a ver com o que se sabia da religiosidade dos povos asiáticos, ou seja, o primeiro a dar um indício, não geográfico mas antropológico, da existência de um novo continente.

Nos trinta anos posteriores à primeira viagem de Colombo, os espanhóis ocuparam as Grandes Antilhas. Apenas a Ilha de São Domingo tinha estimados quase 500 mil habitantes indígenas. O trabalho forçado imposto pelos espanhóis, e as doenças por eles trazidas, fizeram com que em 1510 ficassem reduzidos a 50 mil; na década de 1530, eram apenas 16 mil. Na época do descobrimento, a população indígena total da América Latina teria sido de 80 milhões de habitantes, segundo estimativas. Os historiadores hispanófilos, contrários à chamada “Lenda Negra da Conquista”, defenderam que a população indígena americana era só de 11 a 13 milhões ao momento da chegada de Colombo, enquanto os “indigenistas” apontaram entre 90 e 112 milhões. Ponderações mais realistas supõem que América tivesse 80 milhões de habitantes em 1492.⁹

As viagens de Colombo foram consideradas como a “descoberta” porque precederam e abriram o caminho para a conquista e colonização da América, o que não aconteceu nos “contatos” anteriores, europeus ou não: “As colônias que, primeiro, Portugal e Espanha, depois França e Inglaterra, estabeleceram na América, eram um fato novo. A diferença de seus precedentes no mundo antigo, eram longínquas e controladas a grande distância, satisfaziam a aparentemente insaciável necessidade de metais preciosos dos europeus, e também uma ambição de mudar as crenças religiosas dos indígenas que os antigos dificilmente teriam compreendido”.¹⁰ Mediante a conciliação entre a fé cristã e o enriquecimento material, o ápice áureo da Igreja Católica foi atingido entre os séculos XIV e XVII, quando ela chegou a controlar quase 60% de todo o ouro extraído ao longo da história.¹¹ A exploração das riquezas da América esteve no centro desse enriquecimento. As viagens de Colombo tinham um propósito econômico definido: “Colombo buscava ouro? Pode-se responder *sim* com toda tranquilidade. As páginas de seu diário, entre 12 de outubro de 1492, quando ele tomou a primeira ilha, e o 17 de janeiro de 1493, quando iniciou seu regresso, contém, pelo menos, 65 relatos sobre o ouro”.¹² Relatos fantasiosos, na sua maior parte (Colombo voltou apenas com seis quilos e meio de ouro da sua primeira viagem, o que provocou uma enorme decepção na corte espanhola).

“A descoberta da América deveu-se à sede de ouro que anteriormente tinha lançado os portugueses para a África, porque a indústria europeia, enormemente desenvolvida nos séculos XIV e XV, e o comércio correspondente, reclamavam mais meios de troca do que podia fornecer a Alemanha, a grande produtora de prata entre 1450 e 1550”.¹³ “A causa pela qual os espanhóis destruíram tal infinidade de almas foi unicamente não terem outra finalidade última senão o ouro, para enriquecer em pouco tempo, subindo de um salto a posições que absolutamente não convinham às suas pessoas. Não foi senão sua avareza que causou as perdas desses povos, e quando os índios acreditaram encontrar algum acolhimento favorável entre esses bárbaros, viram-se tratados pior que os animais e como se fossem menos ainda que o excremento das ruas; e assim morreram sem fé e sem sacramentos tantos milhões de pessoas”.¹⁴ Entre 1503 e 1660 chegaram ao porto de São Lucas de Barrameda 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata vindos da América, obtidos basicamente mediante a violência contra as

⁹ Heraclio Bonilla, *Los Conquistados*. 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá, FLACSO, 1992.

¹⁰ Anthony Pagden. *Signori del Mondo*. Ideologie dell’Impero in Spagna, Gran Bretagna e Francia 1500-1800. Bolonha, Il Mulino, 2005, p. 37.

¹¹ Claudio Rendina. *L’Oro del Vaticano*. Roma, Newton & Compton, 2013.

¹² Pierre Vilar. *Ouro e Moeda na História 1450-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 80.

¹³ Carta de Friedrich Engels a Conrad Schmidt, 27 de outubro de 1890.

¹⁴ Bartolomé de Las Casas. *O Paraíso Destruido*. A sangrenta história da conquista da América. Porto Alegre, L&PM, 2001, p. 32.

populações do continente, pelo saque ou pela exploração na produção mineira. O mecanismo de conquista dos ibéricos levou em conta as diferenças entre essas populações. Os povos americanos eram variados: as áreas mais valorizadas inicialmente pelos espanhóis eram aquelas que estavam já socialmente organizadas; os incas e astecas faziam parte dos povos sedentários do novo continente.

As civilizações americanas, algumas das quais - incas, chibchas, astecas, sem falar na antiga civilização maia - haviam atingido um alto grau de desenvolvimento antes do contato com Europa, foram compulsivamente submetidas pela conquista: os *mexicas* (também chamados de astecas), com uma população de prováveis 25 milhões em 1517, ficaram reduzidos a 2,6 milhões em 1568; os incas do Peru, incluídos os povos a eles submetidos, de nove milhões que eram em 1532, foram reduzidos para 1,3 milhão em 1570.¹⁵ Ainda assim, tiveram melhor sorte do que os *caribes* e os *tainos*, habitantes das primeiras ilhas alcançadas por Colombo (as Bahamas, Haiti, a Dominicana, Jamaica, Cuba ou “Juana”) literalmente exterminados pelo “golpe microbiano” que lhes foi proporcionado pelos expedicionários europeus; em contrapartida, os nativos americanos repassaram a eles a sífilis, que grassou na Europa nos séculos sucessivos: a primeira epidemia de sífilis europeia ocorreu em 1495, dois anos após o regresso de Colombo de sua viagem de descobrimento.

O relacionamento entre espanhóis e índios, em que pese a determinação de Isabel “a Católica” no sentido de considerá-los súditos da coroa de Castela, provocou polêmicas teológicas e jurídicas. Entrincheirando-se na Europa ocidental depois da cisão protestante, a Igreja Católica conquistou simultaneamente a condição de ponta de lança da colonização ibérica do Oriente e, sobretudo, da América, alicerçando através dela sua pretensão de religião única e universal. Nesse processo, a Ordem Jesuíta expandiu-se e cresceu ao compasso de cada vez mais importantes missões que lhe eram encomendadas. Foi desse modo que chegaram ao Reino do Congo (1547), ao Ceilão e ao Marrocos (1548), à China (1552), à Etiópia (1555) e ao Japão (1580). Na América, a conquista, o extermínio e a submissão indígena a trabalhos forçados (na forma da escravidão, ou em outras) foram feitos em nome da cruz cristã. A Igreja Católica (e, depois, as igrejas protestantes na América do Norte) assumiu responsabilidade direta na submissão indígena.

As ilhas oceânicas da América foram o primeiro lugar onde os espanhóis (que traziam um conhecimento ocupações realizadas previamente em algumas regiões da África) puseram em prática seus sistemas de dominação no novo mundo. A trajetória da conquista europeia nas Américas seguiu as linhas da riqueza aurífera ou de prata. A conquista se iniciou na colônia Hispaniola - atual República Dominicana - em 1492, e partiu depois para duas áreas de atuação. Uma ao sul, no sentido de Bogotá (1537), Quito (1534), Peru (1532-33), Chile (1535-58), Buenos Aires (1536), Paraguai (1537), e outra ao norte. Acima do Equador, os espanhóis ocuparam Nicarágua (1523-24), Guatemala (1524) e o centro do México (1519-1521). O entorno geográfico e ecológico foi decisivo para determinar as linhas de ocupação do continente. As linhas geográficas e políticas da conquista, e as características da ocupação territorial, no entanto, foram determinadas pelas relações políticas internacionais e pela cultura metropolitana, de Espanha e Portugal, incluindo a organização das colônias, a construção das cidades, e a ocupação do litoral leste da América do Sul pelos portugueses em virtude do Tratado de Tordesilhas.¹⁶ Em 1513, Núñez de Balboa atravessou o istmo de Panamá e “descobriu” o “mar do Sul” (o Pacífico, já conhecido pelas suas costas asiáticas) ainda ignorando ter encontrado a passagem mais estreita e rápida por terra entre o Atlântico e o Pacífico. Uma década depois, Gonzalo Fernández de Oviedo finalmente aventurava dizer que “a nova terra não é parte da Ásia nem uma extensão

¹⁵ Claude Bernard e Serge Gruzinski. *Histoire du Nouveau Monde*. Paris, Fayard, 1991.

¹⁶ Stuart Schwartz e James Lockhart. *A América Latina na Época Colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

da Ásia da velha cosmografia. Poder-se-ia dizer que a terra firme dessas Índias é outra parte do mundo”. Mais de três décadas tinham se passado desde a “descoberta” colombina.

A conquista do México ficou associada ao nome de Hernán Cortés. A civilização asteca impressionou os conquistadores espanhóis pelas dimensões dos seus templos e pela sua organização política. Para os conquistadores espanhóis oriundos da pequena nobreza, a conquista representava, além da obtenção de riquezas, ampliação do seu poder político junto à coroa. Quando os espanhóis chegaram à capital asteca (*Tenochtitlan*) ficaram impressionados com sua riqueza e precisão arquitetônica. A diferença de capacidade militar entre os indígenas e os conquistadores era grande. Os espanhóis empregavam animais no combate, não só cavalos que lhes conferiam maior agilidade e poder contra infantarias, mas também cachorros. Treinados para matar, os cães eram soltos no campo de batalha onde, além de aterrorizarem os índios, faziam grandes estragos. As técnicas de batalha dos espanhóis foram outro fator de sua vitória: os astecas lutavam para fazer prisioneiros, sacrificando alguns, enquanto os invasores lutavam para matar o maior número de indivíduos, procedimento mais fácil e rápido do que a captura em massa. A superioridade tecnológica dos espanhóis era enorme, com armas de fogo e de ferro contra arcos, flechas e armas de sílex e madeira, sem falar na “guerra biológica” que os espanhóis travaram com os índios. A política de alianças com lideranças indígenas de Cortés foi um dos seus maiores trunfos, sendo depois usada por Francisco Pizarro na conquista do Tawantinsuyu, o império inca. Ela trouxe para o lado dos espanhóis todos os povos descontentes com a dominação asteca.

Cortés voltou para a península ibérica com o título de marquês do Vale de Oaxaca. Quando retornou ao Novo Mundo, explorou a Califórnia em 1534. Em 1541 voltou ao novo continente e ainda conduziu uma força militar. Morreu em dezembro de 1547. Christian Duverger, certo de que o próprio Cortés foi o grande cronista da conquista do México usando outro nome, definiu-o como um (o primeiro) “teórico da crioulidade. Para assegurar as reivindicações dos conquistadores que haviam sofrido e foram expostos a perigos, para evitar que fossem excluídos por longínquos especuladores de salão, era preciso que os fizesse entrar na História, mostrando sua valentia e sua coragem. Explicando que foram eles, esses homens de nada, que entregaram, com toda humildade, o Novo Mundo a Carlos V”.¹⁷

Na América do Sul, o império inca havia se consolidado setenta anos antes da chegada dos espanhóis. Estendia-se pelos Andes e incorporava as terras da Colômbia, Norte do Chile, Bolívia, Equador, Norte da Argentina e Peru – todos conectados por um vasto sistema de estradas. O conquistador Francisco Pizarro conseguiu com poucos homens a derrota do exército inca em 1532. O verdadeiro golpe pode ter vindo uma década antes, quando os invasores europeus involuntariamente desencadearam uma epidemia de varíola. No momento da chegada dos espanhóis, o Tawantinsuyu vivia uma guerra civil pelo poder entre os irmãos Wascarr e Atahualpa, ambos supostos descendentes do *Inka*, o mítico líder sagrado inicial. Francisco Pizarro tinha começado a realizar missões de reconhecimento nas costas do Tawantinsuyu no ano de 1524. As expedições de reconhecimento do litoral consistiam simplesmente em chegar até uma praia e manter contato com algum nativo encontrado. Esse contato podia ser por escambo, tentativa de evangelização ou estabelecimento de conversação, estupro e até sequestro de algum índio, para com o contato prolongado aprender o idioma local.

Por meio de sua teia de alianças, Pizarro soube aproveitar o papel que os próprios nativos lhe deram. Finalmente, não utilizou Cuzco, cidade impregnada da presença inca, como capital, mas edificou Lima, próxima da costa, o que facilitava a recepção de tropas e materiais vindos das diversas partes do novo império colonial ou da própria Espanha. Lima foi fundada em janeiro

¹⁷ Christian Duverger. *Cortés e seu Duplo*. Pesquisa sobre uma mistificação. São Paulo, Editora Unesp, 2013, p. 236.

de 1535. A cidade costeira solidificou o domínio espanhol sobre o Peru, foi destinada a capital do vice-reinado e base operacional para as tropas espanholas recém-chegadas.

Por que um reduzido número de tropas espanholas venceu a guerra? Para os incas a guerra consistia num ritual que só podia ser praticado à luz do dia, e requeria diversos preparos, como gritos e cantorias de desafio ao inimigo. Para os espanhóis, a guerra fazia parte de seu cotidiano desde a Reconquista da Espanha dos árabes. Os espanhóis, por outro lado, tiveram participação efetiva em poucas batalhas: na maioria das vezes, eles colocavam as etnias dominadas pelos incas para combatê-los. A guerra dos espanhóis pela conquista do “Novo Mundo” não vacilou em levar à prática, quando necessário, o extermínio.

A superioridade *política* dos espanhóis (dos europeus em geral) diante dos povos americanos consistia menos na sua superioridade técnica e mais na sua determinação, nascida de sua motivação econômica, política e social: para os ameríndios, o extermínio dos soldados vindos do além-mar *não fazia nenhum sentido*. Na colonização francesa da América do Norte, por exemplo, “o objetivo de Champlain era aniquilar os *mohawks*, não vencê-los numa batalha. A guerra europeia não se contentava em apenas humilhar o inimigo e deixá-lo fugir, coisa que a guerra indígena aceitava. O objetivo da guerra indígena era ajustar as fronteiras ecológicas entre as tribos da região. Ao contrário, a meta de Champlain era estabelecer uma posição inatacável para os franceses no interior [do atual Canadá]. Queria matar o máximo possível de *mohawks* não para conquistar a glória do guerreiro, mas para impedir os *mohawks* de interferir no monopólio comercial francês. E tinha a arma para isso: o arcabuz”.¹⁸

A determinação ibérico-europeia estava vinculada à sua motivação econômica: a motivação religiosa foi sua *ideologia*. O Peru sofreu uma desintegração geral de sua cultura nativa como resultado do choque da invasão espanhola, através da implantação de estruturas sociais justapostas às antigas redes sociais do império inca. A desintegração da civilização incaica começou por uma série de mudanças nos sistemas econômicos, como a eliminação da redistribuição estatal e a implantação da moeda para o pagamento de tributo; ao mesmo tempo se exigia da população local o trabalho de exploração das minas de prata e de ouro. As populações nativas começaram a abandonar territórios, deixando-os como “terra de ninguém” que a coroa espanhola confiscou para vendê-los aos espanhóis. A implantação de *encomiendas* (“*atribución de cierta cantidad de indios o una comunidad entera a señorios espagnoles, que pasaban a dominar sus tierras y usufructuar el producto de su trabajo*”) e a percepção de tributos permitiu despojar os índios. O processo de evangelização desestruturou a cultura e a sociedade indígena, que foi levada a praticar seus cultos de forma escondida: a desconfiança dos índios para com a Igreja Católica era devida a que esta era “a maior associada na exploração colonial”.¹⁹ Os sacerdotes católicos aproveitavam sua posição para cobrar tributos para a construção de seus templos; ao mesmo tempo se implantava a Inquisição para prevenir os cultos nativos, sobre os que pendia a ameaça de um juízo por heresia.

Os colonizadores europeus não substituíram na América uma ideologia naturalista com outra instrumentalista, mas expropriaram, mediante violência extrema, as populações indígenas de suas posses e instrumentos de produção. Fizeram isso, não porque pensassem instrumentalmente em relação à natureza, mas porque pensavam comercialmente em relação aos motivos que os levaram para terras longínquas com o apoio, e a partir das necessidades, de suas metrópoles, sem as quais jamais teriam ido arriscar a pele além-mar. Ouro e prata eram as molas propulsoras da conquista e da colonização. Espanha conseguiu localizar e dominar vastas áreas mineradoras, onde a população já trabalhava na extração de metais preciosos. Era

¹⁸ Timothy Brook. *O Chapéu de Vermeer*. O século XVII e o começo do mundo globalizado. Rio de Janeiro, Record, 2012, p. 47.

¹⁹ Darcy Ribeiro. *As Américas e a Civilização*. Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Rio de Janeiro, Vozes, 1977, p. 149.

necessário ampliar essa capacidade de extração, com a finalidade de abastecer a metrópole. Tomaram-se algumas medidas que engendraram uma poderosa máquina burocrática. No entanto, a máquina emperrava devido às distâncias e à cobiça dos funcionários.

Durante a fase da conquista, a Coroa não despendeu maiores recursos. Os *adelantados* ficaram encarregados de conquistar territórios, apropriando-se de suas riquezas e de sua população, podendo utilizá-las como bem entendessem, desde que obrigados a pagar impostos à Coroa. A *conquista* da América impulsionou esse processo que, por sua vez, reagiu sobre aquela, transformando-a em *colonização*. A sistematização econômica do espaço americano conquistado pelos ibéricos pode ser resumida em: distribuição de terras em quantidade quase ilimitada aos conquistadores, e atribuição aos mesmos de grande número de índios, obrigados ao trabalho forçado nessas terras. Findo o momento da conquista, a colonização não se desenvolveu com base em princípios diferentes.

O "absolutismo ilustrado" dos Bourbon, que substituíram a Casa dos Áustria na Espanha, racionalizou e aperfeiçoou esse sistema. A situação se tornou cada vez mais anacrônica: "A segunda metade do século XVIII conheceu uma forte expansão da produção e da exportação de bens de origem americana (...) movimentos que não dão lugar a fenômenos de desenvolvimento, mas apenas de crescimento. Não houve nenhuma mudança na estrutura social".²⁰ Para fazer frente aos desmandos e à cobiça dos *adelantados*, a coroa espanhola, na metade do século XVI, procurou substituí-los por funcionários nos quais pudesse confiar, sobretudo no relativo aos repasses que os colonizadores deviam realizar. Manteve-se o *ayllu*, organização comunitária submetida à autoridade central, mas em um contexto diferente, sem as antigas reciprocidades e redistribuição da riqueza. Essa foi a solução achada pelos colonizadores espanhóis para criarem um sistema de dominação estável na colônia.

A população indígena americana sofreu uma catástrofe demográfica nos séculos XVI e XVII, e passou depois por um período de estabilização, começando uma lenta recuperação no século XVIII. Em 1800, a população total do continente era de apenas 15 milhões, incluindo também os brancos, negros e mestiços. A destruição dos ameríndios atingiu entre 2/3 a 3/4 da sua população. Outro fator da catástrofe foi a migração e o deslocamento involuntário. Em suas campanhas, os conquistadores levavam índios para que carregassem seus apetrechos, cozinhassem e servissem. Em Bogotá, por exemplo, chegaram *mexicas*, incas e quéchuas, acompanhando os conquistadores. As grandes distâncias geográficas que percorreram determinaram o falecimento de muitos nativos. Muitos indígenas do entorno das cidades espanholas foram também levados pelos *encomenderos*. A população das cidades espanholas na América dos séculos XVI e XVII, no entanto, era majoritariamente indígena.

Tzvetan Todorov chamou o massacre dos povos originários americanos de "maior genocídio da história da humanidade":²¹ "O endosso religioso de uma política escravista com fundamentos racistas foi uma condição importante para que as relações de trabalho entre as raças fossem o que foram", pois "dados os parâmetros religiosos de época, essa imposição seria difícil de aceitar caso as populações em causa fossem etnicamente semelhantes". Uma das consequências da catástrofe demográfica ocorrida na América nos séculos XVI e XVII foi que "a queda da população possibilitou a formação de extensos latifúndios, com proprietários brancos, espanhóis ou *criollos*, mas quase nunca índios ou negros. A escassez de mão de obra, juntamente com a abundância de terra, gerou a utilização desta última como forma de garantir a primeira. Expandiram-se as múltiplas formas de parceria, inquilinato, colonato, agregatura, *yanaconazgo*, etc. Institucionalizou-se o minifúndio no interior do latifúndio, instrumento deste para manter mão de obra barata e constante. A irrelevância demográfica, produto do extermínio, combinada

²⁰ Ruggiero Romano. Le rivoluzioni del centro e sudamerica. In: *Le Rivoluzioni Borghesi*. Milão, Fratelli Fabbri, 1973, pp. 162-163.

²¹ Tzvetan Todorov. *A Conquista da América*. A questão do Outro. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

com o baixo poder aquisitivo da população, fez com que América Latina participasse da expansão do capitalismo internacional fundamentalmente como exportador de matérias primas, e não como mercado”.²²

“Europa se expandiu nas Américas. Isto pode não ter sido determinante em si mesmo, mas foi importante. O ouro e a prata do Novo Mundo permitiram a Europa viver acima de suas possibilidades, investir acima de sua poupança, e aumentá-la por meio da revolução [alta] dos preços e o atraso dos salários. O próprio ouro era uma mercadoria, uma expansão geral do comércio subjaz a prosperidade do século XVI, que não foi um jogo nem uma miragem, nem tampouco uma ilusão monetária”.²³ Não foi uma ilusão, certamente, mas sim uma maldição para seus agentes (Espanha e Portugal, as principais potências colonizadoras), cujas economias ficaram atreladas à *circulação* de mercadorias, deixando para outras economias a *produção* delas, sendo estas economias as que tomaram a dianteira na transição para o capitalismo.

Segundo Frago e Florentino, isso correspondeu a um projeto das classes dominantes metropolitanas: “Como resposta inicial às dificuldades de uma sociedade aristocrática abalada pela crise do século XIV e à necessidade de afirmação de um jovem Estado Nacional, a expansão marítima e a ulterior colonização americana modificariam a antiga sociedade e economia lusitanas para preservá-las no tempo. Eis o papel da transferência da renda colonial para a Metrópole: a manutenção de uma estrutura parasitária, consubstanciada em elementos como a hipertrofia do Estado; a hegemonia dos grandes da aristocracia que, direta ou indiretamente, viviam dos recursos do ultramar”. Os autores acrescentam que “havia uma aliança tácita entre os fidalgos e o pequeno comércio, no sentido de prevenir o crescimento dos grandes mercadores, contrária à modernização que eles pudessem implementar”.²⁴

A colonização das Américas foi um empreendimento capitalista, tal como sustentaram diversos autores (entre eles, o historiador brasileiro Caio Prado Jr, ou o pesquisador argentino Sergio Bagú, entre outros)? A produção colonial majoritariamente voltada para o mercado mundial em expansão foi base das diversas sustentações dessa tese, acrescida da dissolução das relações feudais em curso nas metrópoles. Mas isto não significa que o capitalismo já vicejasse nos reinos ibéricos. Definir a empresa colonial como “capitalista” e a sociedade emergente como “capitalismo colonial”, significa não apenas não levar em conta esse pressuposto, mas sobretudo fazer tabula rasa do sistema de escravidão e trabalhos forçados em que se baseou o saque europeu da América. A colonização, por outro lado, não foi homogênea.²⁵ No Brasil, “virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados”.²⁶

O que caracterizou o sistema colonial, na perspectiva desse autor, foi: a) a relação senhor-escravo, marco da estrutura social em formação, que estabelece as relações de poder e assegura as condições de viabilizar a colônia como empreendimento comercial; b) a relação centro (metrópole) e a periferia (colônia), o Pacto Colonial, garantia do monopólio do comércio internacional, pela reserva aos mercadores metropolitanos a primazia das transações coloniais. Celso Furtado adotou esse pressuposto, reiterando que o comércio exterior, do qual as metrópoles europeias detinham o controle, tinha como eixo de funcionamento a economia escravista: para se reproduzir, o capital mercantil estava subordinado à lógica de se apropriar do trabalho escravizado, dos grandes estoques de terra e da produção em regime de

²² Gláucio Ary Dillon Soares. *A Questão Agrária na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pp. 38-39.

²³ Immanuel Wallerstein. *Op. Cit.*

²⁴ João Frago e Manolo Florentino. *O Arcaísmo como Projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

²⁵ Carlos Sempat Assadourian et al. *Modos de Producción en América Latina*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973.

²⁶ Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1971.

monocultura para sua acumulação. O trabalhador branco que migrou para os trópicos, ao contrário daquele que migrou para o Norte, não veio empreender, mas explorar, negociar. Sua percepção sob a sociedade que emergia era de “tirar proveito”, não de permanência.

Milcíades Peña resumiu os argumentos da linha que identificou o caráter capitalista da empresa colonial americana: “Bem entendido, não se trata do capitalismo industrial. É um capitalismo de *factoria*, capitalismo colonial que, a diferença do feudalismo não produz em pequena escala e antes do mais para o consumo local, mas em grande escala, utilizando grandes massas de trabalhadores, e com o olhar posto no mercado; geralmente o mercado mundial ou, senão, o mercado local estruturado em torno aos estabelecimentos que produzem para a exportação. Estas são características decisivamente capitalistas, embora não do capitalismo industrial, que se caracteriza pelo salário livre”. “(Se afirma) que a sociedade colonial produzia para o mercado, mas que (ainda assim) as relações de produção das quais brotava a mercadoria (as relaciones entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção) eram feudais, posto que se baseavam na sujeição pessoal do trabalhador. O erro deste critério reside em que a servidão não era o regime dominante na colônia. A obra de Bagú e as investigações de Silvio Zabala revelaram categoricamente que nas colônias espanholas predominou a escravidão na forma de salário bastardo, sendo de menor importância a escravidão legal dos negros e o salário livre. Mariátegui reconheceu isto parcialmente”.²⁷ Para Sergio Bagú, “o regime colonial de trabalho se assemelhava muito mais ao capitalismo que ao feudalismo”.²⁸

A produção colonial tinha certamente um objetivo comercial (não de autossustentação) e um alvo mundial, mas era assente em relações de trabalho compulsório, ou na escravidão colonial. Tratava-se de uma forma híbrida ou *de transição*, como a existente nas antigas cidades-estados italianas, embora com uma temporalidade bem mais longa. O domínio do capital comercial caracteriza à fase prévia do capitalismo conhecida como mercantilismo. O desenvolvimento autônomo do capital comercial é inversamente proporcional ao desenvolvimento da produção capitalista. Outros autores sustentaram que: “Quando a metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial não lhe restava alternativa política senão a de transplantar para a América o modo de produção dominante no além-mar”, isto é, o feudalismo, com a peculiaridade de que “na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o *feudalismo colonial* teve de regredir ao escravismo”.²⁹ Diferentemente dos senhores feudais, que extraíam um excedente da população submetida ao seu controle para utilizá-lo de uma ou outra forma na mesma região, o objetivo principal do espanhol que empreendia a conquista ou recebia a *encomienda* era extrair um excedente que pudesse ser transferido para a Europa, não a base para uma economia autossuficiente (ou seja, que não teria havido um “feudalismo colonial”).

A sociedade capitalista, por outro lado, caracteriza-se pelo trabalho livre ou assalariado: o trabalhador é coagido economicamente a vender sua força de trabalho ao capitalista: não era essa a relação social predominante na colônia. Não se tratava, tampouco, de uma sociedade feudal, onde imperava a servidão em relação ao “senhor”, e uma produção primordialmente voltada a satisfazer as necessidades do feudo: na América, o trabalho forçado de indígenas ou escravos visava a produção em grande escala para o mercado mundial. A América não era uma exceção dentro das regiões colonizadas pelas potências: a acumulação originária de capital, e a primeira fase do capitalismo se fizeram notar pela imposição violenta do trabalho forçado nos países economicamente atrasados e colonizados (escravidão na África e na América, trabalho forçado na Ásia e na própria América), onde não tinham se desenvolvido previamente as premissas do capitalismo.

²⁷ Milcíades Peña. *Antes de Mayo*. Formas sociales del transplante español para el Nuevo Mundo. Buenos Aires, Fichas, 1973.

²⁸ Sergio Bagú. *La Sociedad Colonial*. Buenos Aires, Emecé, 1950.

²⁹ Alberto Passos Guimarães. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, pp. 28-29.

Para esses países, contudo, essa imposição significou um retrocesso: “A destruição da economia incaica - e da cultura que se alimentava dela - é uma das responsabilidades menos discutíveis da colonização, não por ter significado a destruição das formas autóctones, mas por não tê-las substituído por formas superiores. O regime colonial desorganizou e aniquilou a economia agrária incaica, sem instalar uma economia de maiores rendimentos. Sob a aristocracia indígena, os nativos compunham uma nação de dez milhões de homens, com um Estado eficiente e orgânico, cuja ação chegava a todos os âmbitos da sua soberania; sob a aristocracia estrangeira, os nativos foram reduzidos a uma massa dispersa e anarquizada de um milhão de pessoas, numa situação de servidão e *fellahismo*”;³⁰ no México “a dominação política dos indígenas ‘respeitava’ a organização social e política dos povos vencidos. A conquista espanhola significou, através da apropriação dos meios de produção, sobretudo da terra, um duro golpe para essa organização. No conjunto das comunidades indígenas, as técnicas de produção continuaram no mesmo nível, o desenvolvimento das forças produtivas se ‘fixou’... Junto a uma organização nova, a espanhola, subsistiu a organização indígena, em transição, mas não em evolução”.³¹

Ao “capitalismo” e ao “feudalismo colonial” (defendido por Alberto Passos Guimarães ou Rodolfo Puiggrós) foi oposto o “escravismo colonial” (conceito cunhado por Jacob Gorender): este autor sustentou a existência de traços peculiares de um *modo de produção escravista colonial*: a) A especialização na produção de gêneros comerciais destinados ao mercado mundial; b) O trabalho por equipes sob comando unificado; c) A conjunção do cultivo agrícola e do beneficiamento do produto no mesmo estabelecimento; d) A divisão do trabalho quantitativa e qualitativa. Na escravidão moderna (colonial), “o escravo o é por toda a vida e sua condição social se transmite aos filhos. No direito romano e nos regimes escravistas que nele se inspiram, a transmissão hereditária da condição servil se dava pela linha materna”.³² Outra característica da produção escravista moderna, para Gorender, foi o estabelecimento da exploração senhorial, cujo trabalhador não dispunha de nenhuma autonomia sobre o tempo de serviço ou sobre os meios de produção, diferentemente da organização típica feudal, em que a produção era baseada nas unidades familiares, possuidoras dos meios de produção, autônomas e estáveis, constituindo assim a base do sistema produtivo.

A organização econômica da produção de gêneros comerciais visava atender o mercado e não prover o consumo imediato dos produtores. Outra característica da produção escravista moderna, para Gorender, foi o estabelecimento da exploração senhorial, cujo trabalhador não dispunha de nenhuma autonomia, nem sobre o tempo de serviço, tampouco sobre os meios de produção, diferentemente da organização típica feudal, em que a produção era baseada nas unidades familiares, possuidoras dos meios de produção, autônomas e estáveis, constituindo assim a base do sistema produtivo. Decorre disso o alto custo da vigilância. Pois, diferentemente dos outros processos de trabalho, no escravismo colonial a vigilância intensiva visava o maior aumento da produção e evitar fugas de escravos, tendo em vista as perdas dos dias não trabalhados do escravo fugitivo e os custos com a busca e captura.

Na escravatura, o dono providenciava a subsistência e a produtividade tendia a ser baixa; esta só aumentava com o chicote nas costas, o que exigia uma vigilância prolongada, com os devidos custos. No novo paradigma, no capitalismo, os assalariados - homens, mulheres e crianças – já não eram parte do inventário de um dono e podiam adestrar-se em rotinas técnicas. Recebiam um salário que podiam formalmente negociar, como podiam mudar de patrão ou de lugar, podendo também ser liminarmente demitidos. A mecanização da produção, abrangendo o

³⁰ José Carlos Mariátegui. El problema de las razas en América Latina. *Obras*, tomo 2. La Habana, Casa de las Américas, sdp, p.169.

³¹ A. René Barbosa Ramírez. *La Estructura Económica de la Nueva España (1519-1810)*. México, Siglo XXI, 1991, p. 133.

³² Jacob Gorender. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1994, p. 91.

cultivo da planta e a transformação da matéria-prima, ou seja, a produção em grande escala, fez surgir o aperfeiçoamento técnico da atividade agrícola e de beneficiamento, “que envolvia notável complexidade nos engenhos de açúcar, desde a moagem aos sucessivos cozimentos, purificações, purgas, cristalização, clarificações, secagem, prensagem e encaixotamento”, traço característico da divisão social do trabalho no modo de produção escravista colonial, segundo Gorender.

Bastariam essas características para definir um modo de produção historicamente diferenciado, ou estaríamos diante de uma forma híbrida de transição? “Analisando-se o quadro mais geral do período e levando-se em conta ser seu traço fundamental a inauguração de uma economia mercantil de dimensões geográficas mundiais, constatamos configurações *sui generis* e irredutíveis, quer ao feudalismo, quer ao capitalismo. Trata-se de período de acumulação primitiva de capitais, quando a economia mercantil ganhava espaço e disseminava-se, porém, a produção não se regia pelo capital enquanto relação social, mas apenas como riqueza acumulada no circuito mercantil”.³³ O hibridismo de diversos modos de produção (escravidão, servidão, trabalho independente ou pequena produção mercantil, trabalho assalariado) foi a característica dos regimes coloniais. Nas colônias mais produtivas para as metrópoles, aquelas cuja produção destinava-se diretamente para o mercado mundial, as que davam seu sentido e função histórica ao sistema colonial, o regime de trabalho dominante, no qual se assentava a produção, foi a escravidão.

Pires e Da Costa sugeriram, por isso, outra categoria de análise: “O *capital escravista-mercantil* caracteriza-se por ser produtor de mercadorias e extrator de mais-valia, mas o faz pondo em movimento mão de obra cativa. A produção de mercadorias – exportáveis ou não – no Brasil escravista decorreria, portanto, da ação dessa forma do capital, a qual dominaria, além da esfera produtiva propriamente dita, a circulação interna. No entanto, o capital escravista-mercantil possuía uma importante peculiaridade: ele não garantia sua própria reprodução no tempo. Isso ocorria porque sua área de atuação restringia-se ao plano interno à colônia, estando isolado do plano externo, do qual necessitava para realizar a produção exportável e obter mão de obra. Para pôr-se em contato com a economia internacional, portanto, ele necessitava da mediação do capital comercial, que atuava como uma interface entre a colônia e os mercados externos. O capital comercial, além de desempenhar essa função de interface, também teria sido o responsável pelo estabelecimento da empresa colonial, através do povoamento e da valorização das terras do Novo Mundo. Depois de realizada essa tarefa inicial, porém, passou-se progressivamente a desenvolver o capital escravista-mercantil no plano interno da colônia”.³⁴

O domínio relativo do capital mercantil significava que o capital ainda não tinha penetrado decisivamente a esfera da produção. Com relação à suposta existência de um “feudalismo colonial”, já foi observado que diferentemente dos senhores feudais, que extraíam um excedente da população submetida ao seu controle para utilizá-lo de uma ou outra forma na mesma região, o objetivo principal do espanhol ou do português que empreendia a conquista e recebia a *encomienda* ou importava escravos, era extrair um excedente que pudesse ser transferido para a Europa. O caráter eminentemente parasitário (saqueador) do sistema colonial carecia das características que deram base de sustentação histórica ao feudalismo ou ao capitalismo na Europa.

O parasitismo econômico das potências europeias pioneiras do antigo sistema colonial foi também um obstáculo para sua transformação capitalista (sua “modernização”): “À medida que o século [XVII] avançava, pessoas ponderadas detectaram uma mudança operar-se na Espanha metropolitana, primeiro lentamente, e depois numa convulsão. A prosperidade, que parecia ter

³³ Vera Lúcia A. Ferlini. *Terra, Trabalho e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 27.

³⁴ Julio Manuel Pires e Iraci del Nero da Costa. *O Capital Escravista-Mercantil e a Escravidão nas Américas*. São Paulo, EDUC, 2010, p. 145.

subsistido na posse dos metais preciosos, tinha simplesmente deixado a Espanha de lado. O país tinha se tornado, numa formulação da época, nas Índias do estrangeiro, irremediavelmente indigente, explorado pelos vizinhos, fraco, endividado e árido: era como se a prata fosse uma doença contagiosa, como a sífilis que os homens pensavam que Colombo tinha trazido de volta, e não menos destrutiva. A prata de Potosí entrava através de Cádiz e Sevilha e passava rapidamente através dos portos costeiros da Cantábria e do Mediterrâneo, em troca de produtos importados de qualidade inferior a preços sempre mais altos, e salários dos trabalhadores em ascensão; ou era esbanjada nos exércitos atolados no lodo da Holanda tentando debelar a revolta holandesa”. Entre 1531 e 1570 a prata americana representou entre 85% e 97% do metálico importado por Europa.³⁵

Como concluiu esse processo? “A partir da virada do século XVII, os preços em Sevilha eram provavelmente cerca de quatro vezes o que tinham sido quando Colombo partiu em direção ao ocidente. Don Gerónimo de Uztáriz, secretário do Conselho de Índias, estimou mais tarde que cerca de cinco bilhões de dólares tinham vindo da América para a Espanha desde 1492, dos quais, a partir de 1724, apenas cerca de um bilhão permanecia em moeda e em prataria doméstica e eclesiástica. No grande retábulo dourado da catedral de Sevilha ou nas igrejas barrocas do México, Peru e Equador, veem-se os vestígios de um esforço psicológico desesperado: o de esterilizar os metais americanos do seu conteúdo monetário e dirigir o resíduo ornamental para as sensações de admiração e fé. Isso, essencialmente, é o barroco na arquitetura religiosa. Quanto ao remanescente, foi para a França, a Holanda, Inglaterra e o Báltico”.³⁶ Isso já era notado pelo espanhol Cantillón, em 1780: “A conquista de América fez elevar os salários nos séculos XV e XVI, quadruplicando o preço dos produtos alimentícios [na Espanha] no século de Carlos V e Felipe II. Como as outras nações não tinham incrementado a massa de dinheiro, seus salários não se elevaram significativamente, e puderam desenvolver alegremente sua indústria, enquanto a nossa declinava. Espanha ganhou momentaneamente riquezas em moeda corrente, mas perdeu suas manufaturas e, gradualmente, seu consumo”.³⁷

Os países ibéricos impulsionaram a revolução comercial, foram os primeiros em conquistar sua unidade territorial e as primeiras potências colonizadoras da América, mas não foram suas principais beneficiárias, por carecerem de uma burguesia capitalista capaz de se impor sobre o antigo regime de produção e de impor um sistema econômico baseado no trabalho livre. A conquista e a colonização fortaleceram nesses países o capital (burguesia) comercial, forma precedente e antagônica do capital como modo *de produção*: “A lei segundo a qual o desenvolvimento autônomo do capital comercial é inversamente proporcional ao desenvolvimento da produção capitalista se verifica mais claramente nos povos nos quais o comércio é um comércio de intermediários”,³⁸ o que era exatamente o caso dos países ibéricos.

O que justificou e explicou o surgimento e funcionamento do sistema colonial era a geração de recursos por meio do comércio de produtos agrícolas que elas produziam, e da venda de manufaturas metropolitanas para as mesmas, gerador da acumulação primitiva de capitais, estes surgidos do movimento comercial e empregados no processo de avanço tecnológico das manufaturas. Essa transformação levou o Antigo Regime a uma crise econômica estrutural, a partir da qual o capitalismo comercial deu lugar ao capitalismo industrial, centrado no lucro

³⁵ Earl J. Hamilton. *El Tesoro Americano y la Revolución de los Precios en España 1501-1650*. Barcelona, Crítica, 2000, p. 40.

³⁶ James Buchan. *Desejo Congelado*. Uma investigação sobre o significado do dinheiro. Rio de Janeiro, Record, 2000. A expressão “dólares” encontra-se no texto, provavelmente se trate de pesos espanhóis, transformados em dólares pelo tradutor da obra (antes da criação formal do dólar, era dado esse nome genérico de origem alemã aos pesos espanhóis, nas ex colônias inglesas).

³⁷ Pierre Vilar. *Estudios sobre el Nacimiento y Desarrollo del Capitalismo*. Madri, Ayuso, 1978, p. 45.

³⁸ Karl Marx. *O Capital*, Livro III.

fabril. O papel da colonização dos trópicos foi montar bases estáveis para a produção de bens agrícolas que gerassem lucros mercantis às suas metrópoles.

A geografia econômica do Brasil, a ocupação fortemente desigual de seu território (cidades no litoral marítimo, escassa ou nula ocupação do *hinterland*) afundou suas raízes no desenvolvimento colonial: “Enquanto o *locus* da produção era rural, agrário, o *locus* do controle foi urbano. A economia brasileira foi fundada no movimento de acumulação primitiva do capital mercantil do século XVI passando logo a realçar-se como localização privilegiada para produção de alimentos e matérias primas na base do trabalho escravo, compulsório. A sede dessa produção era naturalmente o campo, mas, a sede do controle era urbana, porque não se tratava de uma economia que estava tramitando desde a divisão social do trabalho fundada na agricultura para outros setores, mas de uma economia fundada para cumprir um papel específico na acumulação internacional a partir de controles metropolitanos; não apenas porque a exploração necessitasse de serviços urbanos, mas porque a produção foi fundada para a exploração, a cidade nasceu no Brasil antes do campo”.³⁹

Após a submissão das populações autóctones, os colonizadores ibéricos obrigaram-nas a trabalhar para eles num regime de semiescravidão, facilitado pela Coroa através dos institutos criados para o disciplinamento e exploração da mão de obra indígena: as comunidades indígenas deviam fornecer mão de obra, durante certo período do ano, para os empreendimentos da colonização (as minas, em primeiro lugar). Este regime, junto com os constantes deslocamentos de população e suas condições de trabalho, foram fatores decisivos da queda populacional dos indígenas americanos. Os territórios americanos colonizados pela Espanha foram divididos em quatro vice-reinados e cinco “Capitanias Gerais”.

O sistema monocultor e exportador instalado na América visou a reprodução e continuidade de uma hierarquia social diferenciada. O colonizador nos trópicos não buscava se estabelecer e construir uma sociedade nova na colônia; lhe interessava o domínio social e a prevalência sobre seus pares. O “mundo novo” ergueu-se sobre milhões de mortes e o aniquilamento de povos e culturas. A repulsa que na América Latina provoca a celebração oficial da conquista e da colonização do continente, o movimento de emancipação negra, presente não só na África, mas também em todos os continentes para onde escravos africanos foram transportados, são a prova da vigência desse passado na memória coletiva.

³⁹ Francisco de Oliveira. *Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização*. Rio de Janeiro, Cedec, 1977, p. 68.